

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1

A regulamentação do direito quilombola — reconhecido no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 (CF) — passou anos sem qualquer instrumento legal de abrangência nacional que guiasse sua efetivação. Em 2001, o Decreto n.º 3.912 delimitou o período entre 1888 até 5 de outubro de 1988 para a caracterização das comunidades “remanescentes de quilombos”, utilizando uma noção de quilombo vinculada à definição colonial da Convenção Ultramarina de 1740. Tal decreto foi revogado pelo de n.º 4.887/2003, que, por sua vez, aboliu a exigência de permanência no território e, com base no critério de autodefinição previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para povos indígenas e tribais, definiu a categoria “remanescentes de quilombos” como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Decreto n.º 4.887/2003, art. 2.º). O decreto também estabeleceu a necessidade de desapropriação das áreas reivindicadas por particulares, bem como a titulação coletiva das terras dos quilombos, e impediu a alienação das propriedades tituladas.

A previsão de autodefinição é de suma relevância porquanto parte do pressuposto de que não cabe ao poder público, nem a nenhum pesquisador, imputar identidades sociais. Esse princípio vai de par com o Decreto Federal n.º 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definindo-os como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Com base nos sentidos veiculados no texto CB1A1, julgue os seguintes itens.

- 1 Conforme exposto no texto, compete ao Estado fixar critérios rígidos que definam o pertencimento de uma pessoa a grupos étnico-raciais.
- 2 Depreende-se da leitura do texto que seus autores apoiam a adoção da autodefinição como critério de caracterização dos povos e comunidades tradicionais.
- 3 Entende-se da leitura do texto que o Decreto n.º 4.887/2003 revogou o Decreto n.º 3.912/2001 com o intuito de atualizar a definição de “remanescentes de quilombos”.
- 4 Da leitura do texto conclui-se que o Decreto n.º 6.040/2007 trata de comunidades que mantêm inalteradas suas tradições socioculturais.
- 5 Pelos argumentos apresentados no texto, entende-se que o requisito de “permanência no território” para a caracterização das comunidades “remanescentes de quilombos” fere o pressuposto que respalda a adoção do critério de autodefinição dessas comunidades.

Considerando os mecanismos de coesão e coerência textuais e as relações de sentido estabelecidas no texto CB1A1, julgue os próximos itens.

- 6 No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “sua” está empregado em referência a “A regulamentação do direito quilombola”.
- 7 No último período do último parágrafo, o vocábulo “que” em “que ocupam e usam territórios e recursos naturais” retoma “formas próprias de organização social”.
- 8 A coerência e a correção gramatical do texto seriam mantidas caso o segundo parágrafo fosse assim iniciado: **No entanto, a previsão (...)**.
- 9 Estariam mantidos os sentidos e a coerência do texto caso se substituísse, no primeiro período do segundo parágrafo, “porquanto” por **logo**.
- 10 No segundo período do segundo parágrafo, a expressão “Esse princípio” faz referência ao pressuposto anteriormente citado, o qual, conforme se depreende da leitura do texto, constitui o fundamento da “previsão de autodefinição”, mencionada no início do parágrafo.

Acerca de aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

- 11 Estaria preservada a correção gramatical do texto caso os travessões empregados no primeiro período do primeiro parágrafo fossem substituídos por vírgulas.
- 12 No último período do primeiro parágrafo, a substituição de “a titulação” por **da titulação** não prejudicaria a correção gramatical do texto, mas alteraria as relações sintáticas nele estabelecidas.
- 13 No trecho “com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (terceiro período do primeiro parágrafo), o emprego da preposição “com” em sua segunda ocorrência justifica-se pelo necessário estabelecimento do paralelismo sintático entre as expressões introduzidas pela referida preposição.
- 14 Não haveria prejuízo da coesão e da coerência textual caso o trecho “sem qualquer instrumento legal de abrangência nacional que guiasse sua efetivação” (primeiro período do texto) fosse assim reescrito: **sem que qualquer instrumento legal de abrangência nacional guiasse sua efetivação**.
- 15 Estariam mantidos os sentidos e a correção do segundo período do último parágrafo do texto caso o segmento “vai de par com” fosse substituído por **segue par à par com**.

Considerando as regras estabelecidas na Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), julgue os itens a seguir.

- 16 O valor da multa aplicada com fundamento na Lei Anticorrupção será obrigatoriamente destinado ao ente lesado.
- 17 A existência, no âmbito da pessoa jurídica, de mecanismos internos de integridade é considerada na aplicação de eventual sanção.
- 18 A celebração do acordo de leniência importa a suspensão do prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção.

Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens seguintes.

- 19 A Lei de Improbidade Administrativa busca tutelar o patrimônio dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.
- 20 Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito a celebração de parcerias entre entes da administração pública sem a observância das formalidades legais.
- 21 Cometerá ato de improbidade administrativa o servidor público que exercer atividade de consultoria para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido pelo desempenho da regular função pública.

Acerca do regime jurídico dos servidores do Ministério Público (MP), julgue os itens subsequentes à luz da Lei Complementar n.º 75/1993.

- 22 Para exercer o controle externo da atividade policial, o Ministério Público da União pode ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais, bem como ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade fim policial.
- 23 A autonomia funcional, administrativa e financeira do MP confere-lhe a possibilidade de praticar atos próprios de gestão, podendo ele propor ao Poder Legislativo a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares.
- 24 O Centro de Apoio Operacional é órgão de execução do MP que tem como atribuição disciplinar os órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo para atender às necessidades da administração.

De acordo com a Resolução n.º 92/2013, que dispõe sobre o Regimento Interno do CNMP, julgue os itens que se seguem.

- 25 No âmbito do CNMP, as partes e os demais interessados serão intimados dos atos processuais por meio de publicação no Diário Eletrônico desse conselho, podendo o relator determinar, entre outras possibilidades, que a intimação ocorra por carta registrada, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, por servidor designado.
- 26 No CNMP, incumbe ao secretário-geral reconhecer as situações de dispensa e inexigibilidade de licitação.
- 27 Órgão de comunicação direta e simplificada entre o CNMP e a sociedade, a Corregedoria Nacional do Ministério Público tem como objetivo principal o aperfeiçoamento e o esclarecimento, aos cidadãos, das atividades desenvolvidas por aquele conselho e pelo MP.

Julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público, do ciclo orçamentário e dos princípios orçamentários.

- 28 Na avaliação da regularidade das contas públicas, as contas de gestão (contas de ordenação de despesas) prestadas ou tomadas dos administradores de recursos públicos são julgadas pelo tribunal de contas, o qual, após examinar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de cada ato administrativo, exara acórdão, que terá eficácia de título executivo se exigir reparação de dano patrimonial ou estabelecer sanção mediante a aplicação de multa.
- 29 As contas de governo, seja de desempenho, seja de resultados, têm julgamento político.
- 30 O ciclo orçamentário corresponde ao interregno de tempo em que se processam as atividades típicas (fases) do orçamento público, as quais consistem em aprovação legislativa, execução, prestação e julgamento das contas.
- 31 No orçamento da União, a estimativa total de imposto de renda deve ser registrada como receita e a respectiva parte destinada aos municípios deve ser registrada como despesa.
- 32 O patrimônio público pertence à coletividade, logo o uso da receita derivada prescinde de lei instituída, não se admitindo despesa pública sem a devida autorização orçamentária.

Acerca do sistema operacional Windows 10, julgue os itens subsequentes.

- 33 No Windows 10, o usuário pode usar o recurso *Visão de Tarefas* para organizar as janelas abertas.
- 34 É possível criar novas áreas de trabalho no Windows 10 por meio do acionamento das teclas ALT + TAB e, no ambiente disponibilizado, clicando na opção *Nova área de trabalho*.

Em relação à edição de textos no MS Word e de planilhas no MS Excel, julgue os itens a seguir.

- 35 A função `CONT.VALORES()` do MS Excel é utilizada para calcular a quantidade total de células em um intervalo selecionado da planilha em edição.
- 36 No MS Word, a opção *Pincel de Formatação*, ativada pelas teclas CTRL + SHIFT + C, permite copiar a formatação de um trecho de texto previamente selecionado e aplicá-la em outro trecho do documento em edição.

No que diz respeito à organização e gerenciamento de arquivos e pastas e ao armazenamento de dados em nuvem, julgue os itens seguintes.

- 37** O Windows 10 permite criar uma pasta com o nome `CNMP:Serviços` e, para isso, basta abrir o Explorador de Arquivos, acionar as teclas `CTRL + SHIFT + N`, digitar `CNMP:Serviços` e teclar `ENTER`.
- 38** O Explorador de Arquivos do Windows 10 permite que se compacte e descompacte arquivos com extensão `.zip`.
- 39** Uma das características do armazenamento em nuvem é a elasticidade, ou seja, o usuário pode aumentar e diminuir a escala verticalmente, conforme a demanda, e pagar apenas pelo que usa.
- 40** Sistemas de armazenamento em nuvem permitem que usuários façam *backup* de arquivos gerais de maneira *online*.

Com relação às disposições constitucionais inerentes ao CNMP, julgue os itens seguintes.

- 41** O corregedor nacional do Ministério Público poderá designar e delegar atribuições a membros do Ministério Público da União, sendo vedada a requisição de servidores efetivos do Ministério Público dos Estados.
- 42** A competência do CNMP de receber e conhecer das reclamações e de aplicar sanções administrativas se refere apenas aos membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos estados, não incluindo os servidores que executarem os serviços auxiliares dessas instituições.

À luz da vigente Constituição Federal (CF), julgue os itens a seguir, a respeito dos direitos políticos, dos partidos políticos e do Poder Judiciário.

- 43** A cassação dos direitos políticos é expressamente vedada pela CF e as hipóteses de perda ou suspensão desses direitos estão previstas no texto constitucional, não sendo possível que legislação infraconstitucional amplie esse rol dentro do texto constitucional.
- 44** Caso o Congresso Nacional aprove e o presidente da República sancione lei que, após ser publicada, tenha a sua constitucionalidade questionada no curso de processo que tramite no TRF da 1.^a Região, esse tribunal não poderá declarar a inconstitucionalidade da citada lei, sob pena de usurpação da competência do STF.
- 45** Os partidos políticos possuem autonomia para definir sua estrutura e estabelecer as regras sobre sua organização e seu funcionamento, mas não é permitida a previsão, em seus estatutos, de recebimento de recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros.

Caio, cidadão brasileiro, protocolou requerimento administrativo em uma autarquia federal, a fim de obter acesso a determinada informação de cunho pessoal. João, servidor público dessa autarquia, por ter amizade íntima com o requerente, atuou como seu intermediário junto à repartição pública.

Em relação a essa situação hipotética e aspectos de direito administrativo a ela relacionados, julgue os itens que se seguem.

- 46** A conduta de João na situação apresentada viola o princípio administrativo da impessoalidade.
- 47** Autarquia é entidade da administração pública indireta dotada de personalidade jurídica de direito privado e de patrimônio próprio, sendo sua criação autorizada por lei.
- 48** As disposições da Lei de Acesso à Informação não se aplicam às autarquias, uma vez que elas integram a administração pública indireta.
- 49** A conduta de João consiste em infração disciplinar para a qual é prevista a penalidade administrativa de advertência.
- 50** Conforme a Lei n.º 9.784/1999, que rege o processo administrativo, a amizade íntima entre Caio e João é circunstância que motiva arguição de impedimento de João para atuar no processo administrativo.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Considerando que a função de densidade de probabilidade $f(x)$ de uma variável aleatória absolutamente contínua X seja tal que

$$\int_{-1}^1 f(x)dx = 1,$$

e, para qualquer $a \geq 0$,

$$\int_{-a}^0 f(x)dx = \int_0^a f(x)dx$$

julgue os próximos itens.

51 $P(X \leq a) = \int_0^a f(x)dx.$

52 $P(X > a) = P(X < -a).$

53 $P(|X| > 1) = E(X).$

54 $E(X^2) > 1.$

55 $\int_{-5}^0 f(x)dx > \int_0^1 f(x)dx.$

Considerando que a função de distribuição de probabilidade de uma variável aleatória discreta D seja escrita na forma recursiva como

$$P(D = d) = \frac{3}{d} \times P(D = d - 1),$$

na qual $d \in \{1, 2, 3, \dots\}$ e $P(D = 0) > 0$, julgue os itens a seguir.

56 $P(D = 0) = e^{-3}.$

57 $E(D) = 3.$

58 $P(D = 2) = P(D = 3).$

59 $P(D = 6) \geq 0,5.$

60 A variância de D é igual a 9.

Considerando uma função de distribuição condicional

$$P(X = x|Y = y) = y^x(1 - y)^{1-x},$$

na qual $x \in \{0, 1\}$ e Y segue a distribuição uniforme contínua no intervalo $[0, 1]$, de modo que $0 \leq y \leq 1$, julgue os seguintes itens.

61 A média condicional $E(X|Y)$ é uma variável aleatória cuja variância é igual a $\frac{1}{12}.$

62 $Var(X|Y = 0,5) < 0,2.$

63 $P(Y = 0,5) > 0,05.$

64 A distribuição conjunta das variáveis aleatórias X e Y pode ser escrita como

$$P(X = x, Y = y) = P(X = x|Y = y) \times P(Y = y).$$

65 $P(X = 0) = P(X = 1).$

Considerando que W seja uma variável aleatória absolutamente contínua tal que

$$P(W \leq w) = \begin{cases} 0, & \text{se } w < 0, \\ 1 - e^{-w^2}, & \text{se } w \geq 0, \end{cases}$$

julgue os itens a seguir.

66 $E(W^2) = 1.$

67 Se U segue a distribuição uniforme contínua no intervalo $[0, 1]$, então $W = \sqrt{-\ln U}.$

68 A função de densidade de probabilidade da variável aleatória W é

$$f(w) = \begin{cases} 0, & \text{se } w < 0, \\ w^2 e^{-w^2}, & \text{se } w \geq 0. \end{cases}$$

69 $P(W \leq 2|W > 1) = 1 - e^{-3}.$

70 $\frac{P(W \leq \sqrt{\ln 2})}{P(W > \sqrt{\ln 2})} < 1.$

Considerando uma amostra aleatória simples $Y_1, Y_2, \dots, Y_n$, retirada de uma distribuição exponencial com média igual a 2, julgue os próximos itens, referentes à soma $S_n = \sum_{i=1}^n Y_i.$

71 Se $n = 2$, então $\frac{S_n}{Y_1}$ segue uma distribuição beta.

72 S_n segue distribuição exponencial com média igual a $2n.$

73 $\frac{S_n}{n}$ converge em distribuição para uma distribuição normal padrão à medida que $n \rightarrow \infty.$

74 O desvio padrão de S_n é igual a $2n.$

75 A razão $\frac{S_n}{n}$ converge em probabilidade para 2 à medida que $n \rightarrow \infty.$

Espaço livre

A fim de apurar denúncias de corrupção em obras públicas, o Ministério Público optou por sortear uma amostra de contratos de inúmeras obras para fazer uma apuração mais aprofundada. Após a apuração, os resultados foram codificados em 0 e 1, em que 0 indica que não houve indícios de corrupção e 1, que houve tais indícios. Dessa forma, a amostra ficou codificada como a seguir.

0 0 1 1 0 0 0 0 1 0 1 0 0 0 0 1 0 0 0 0 0 0 0 0 0

Tendo como referência essas informações e considerando que $P(Z > 1,28) = 0,1$, $P(Z > 1,645) = 0,05$ e $P(Z > 1,96) = 0,025$, julgue os itens a seguir.

- 76** A amostra foi composta de 25 contratos.
- 77** O erro padrão da estimativa da proporção de contratos com indício de corrupção é inferior a 10%.
- 78** Estima-se que mais de 25% dos contratos têm indícios de corrupção.
- 79** Considerando-se que, inicialmente, não se conhecia a proporção de contratos com indícios de corrupção, caso fosse desejável ter um erro amostral de 10% com 95% de confiança, então deveriam ser analisados pelo menos 100 contratos.
- 80** O erro padrão da estimativa de contratos que não têm indício de corrupção é o mesmo da estimativa de contratos que têm indícios de corrupção.
- 81** Se a variável a ser analisada fosse o percentual do valor do contrato desviado para a corrupção (X), então a amostra a ser utilizada deveria ter um tamanho inferior ao tamanho da amostra usada na situação em tela, quando o coeficiente de variação de X fosse superior a 0,5, tendo os mesmos erro amostral e nível de confiança.
- 82** Considerando-se que, após a seleção da amostra, verifique-se que contratos com valores mais altos têm maior probabilidade de ter indícios de corrupção, então, nesse caso, ao se utilizar a pós-estratificação para melhorar a estimação intervalar, a variância do estimador será, em média, equivalente à variância do estimador estratificado com alocação proporcional.
- 83** Como o que está sendo estimado é uma proporção, então, em uma amostragem aleatória estratificada, a alocação ótima de Neyman será superior à alocação proporcional, no que diz respeito à precisão do estimador, quando $P_h = P = 0,5$, $h = 1, \dots, H$, sendo H o número de estratos.

Em uma análise dos resultados das urnas eleitorais, decidiu-se verificar quais variáveis estão mais relacionadas ao voto em candidatos de direita ou de esquerda. Os votos para os candidatos de direita e de esquerda foram analisados em separado para as 27 unidades da federação (UF), tendo como variáveis explicativas a idade (x_1) e os anos de estudo (x_2) dos eleitores. Em cada UF, foram analisados os votos de y eleitores e as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas são mostradas na tabela a seguir.

variáveis relativas aos candidatos de direita	variáveis relativas aos candidatos de esquerda
$\sum_{i=1}^{27} y_i = 9.687$ $\sum_{i=1}^{27} x_{1i} = 1.351$ $\sum_{i=1}^{27} x_{2i} = 385$ $\sum_{i=1}^{27} x_{1i}^2 = 67.665$ $\sum_{i=1}^{27} x_{2i}^2 = 5.823$ $\sum_{i=1}^{27} x_{1i}y_i = 484.854$ $\sum_{i=1}^{27} x_{2i}y_i = 138.772$ $\text{Var}(y) = 50$ $\text{Var}(x_1) = 0,97$ $\text{Var}(x_2) = 12,81$ $\text{Cov}(x_1, y) = 0,35$ $\text{Cov}(x_2, y) = 25$	$\sum_{i=1}^{27} y_i = 3.153$ $\sum_{i=1}^{27} x_{1i} = 696$ $\sum_{i=1}^{27} x_{2i} = 244$ $\sum_{i=1}^{27} x_{1i}^2 = 17.967$ $\sum_{i=1}^{27} x_{2i}^2 = 2.516$ $\sum_{i=1}^{27} x_{1i}y_i = 81.272$ $\sum_{i=1}^{27} x_{2i}y_i = 28.805$ $\text{Var}(y) = 13$ $\text{Var}(x_1) = 1,2$ $\text{Var}(x_2) = 12$ $\text{Cov}(x_1, y) = 0,72$ $\text{Cov}(x_2, y) = 12$

Com base nessas informações, julgue os próximos itens.

- 84** Se as variáveis x_1 e x_2 fossem incluídas simultaneamente no modelo utilizado para explicar a quantidade de votos em candidatos de direita, então o erro teria 24 graus de liberdade.
- 85** O coeficiente angular da variável x_1 dos votantes em candidatos de direita é maior que o coeficiente angular da variável x_1 dos votantes em candidatos de esquerda.
- 86** A variação na quantidade de votos de candidatos de direita é mais bem explicada por meio da variável x_2 que por meio da variável x_1 .
- 87** Em média, os candidatos de esquerda receberam mais votos que os candidatos da direita.
- 88** Se a quantidade de votos fosse considerada apenas aquela da variável x_2 , então o coeficiente linear dos votantes em candidatos de esquerda seria maior que o coeficiente linear dos votantes em candidatos de direita.
- 89** Se as variáveis x_1 e x_2 fossem incluídas simultaneamente no modelo e o coeficiente angular referente à variável x_2 fosse maior que zero, mas não significativo para um nível de significância de 5%, então, nesse caso, as estimativas dos coeficientes linear e angular referentes à variável x_1 seriam as mesmas do modelo em que apenas a variável x_1 estivesse presente.

- 90 Se, para os votantes em candidatos de direita, o valor da estatística F do modelo $y = \beta_0 + \beta_1 x_2 + \epsilon$ tiver valor igual a 640, então o valor da estatística t para a variável x_2 terá valor superior a 30, onde β_0 é o coeficiente linear do modelo, β_1 é o coeficiente linear do modelo e ϵ é o erro.
- 91 Como a $\text{Cov}(x_2, y) > 0$ para a quantidade de votos em candidatos de esquerda, então, para o modelo de regressão linear simples de y em que apenas a variável x_2 fosse considerada, necessariamente o coeficiente angular referente à variável x_2 seria maior que zero.
- 92 Os resíduos do modelo $\hat{y} = \hat{\beta}_0 + \hat{\beta}_1 x_1$ para os votantes em candidatos de direita pode ser corretamente calculado fazendo-se $\hat{y} - \hat{\beta}_0 - \hat{\beta}_1 x_1$, onde $\hat{y}$ é o valor estimado de y , $\hat{\beta}_0$ é o coeficiente linear estimado do modelo e $\hat{\beta}_1$ é o coeficiente linear estimado do modelo.

Em um levantamento feito pelo Ministério Público sobre o tempo total (x), em meses, que uma obra pública leva para ser concluída, verificaram-se discrepâncias entre as empresas que foram investigadas na operação Alfa e as que não foram investigadas. Os portes das obras são comparáveis e as estatísticas descritivas da variável x são mostradas na tabela a seguir.

empresas investigadas na operação Alfa (AL)	empresas não investigadas na operação Alfa (NAL)
$\sum_{i=1}^9 x_i = 550$	$\sum_{i=1}^{16} x_i = 647$
$\sum_{i=1}^9 x_i^2 = 33.636$	$\sum_{i=1}^{16} x_i^2 = 26.182$

Com base nessa situação hipotética, e sabendo que:

- $P(t_8 > 2,306) = 0,025$,
- $P(t_9 > 2,262) = 0,025$,
- $P(t_{10} > 2,228) = 0,025$,
- $P(t_8 > 1,860) = 0,05$,
- $P(t_9 > 1,833) = 0,05$,
- $P(t_{10} > 1,812) = 0,05$,
- $P(t_{15} > 2,131) = 0,025$,
- $P(t_{16} > 2,120) = 0,025$,
- $P(t_{17} > 2,110) = 0,025$,
- $P(t_{15} > 1,753) = 0,05$,
- $P(t_{16} > 1,746) = 0,05$,
- $P(t_{17} > 1,740) = 0,05$,
- $P(t_{25} > 2,060) = 0,025$,
- $P(t_{24} > 2,064) = 0,025$,
- $P(t_{23} > 2,069) = 0,025$,

julgue os itens que se seguem.

- 93 No levantamento em questão, foram analisadas mais empresas investigadas na operação Alfa que as não investigadas nessa operação.
- 94 As empresas não investigadas na operação Alfa concluem as obras, em média, mais rapidamente que as empresas investigadas na citada operação.
- 95 O valor da estatística do teste qui-quadrado que verifica as hipóteses $H_0 | \sigma_{AL}^2 = \sigma_{NAL}^2$ e $H_1 | \sigma_{AL}^2 > \sigma_{NAL}^2$ é superior a 1, onde σ^2 é variância populacional.
- 96 Se as variâncias populacionais nesse levantamento forem desconhecidas, mas iguais, então o teste que verifica as hipóteses $H_0 | \mu_{AL} = \mu_{NAL}$ e $H_1 | \mu_{AL} \neq \mu_{NAL}$ possuirá 25 graus de liberdade, em que μ é média populacional.

- 97 Ao se verificar se o tempo médio que as empresas investigadas na operação Alfa levam para concluir uma obra pública é superior a 5 anos, tem-se, nesse caso, que o valor da estatística do teste t de Student será maior que 1.
- 98 O valor crítico do teste t de Student com nível de significância de 5% é maior que o valor crítico desse mesmo parâmetro com nível de significância de 10%.
- 99 Caso a estatística do teste que verifica as hipóteses $H_0 | \mu_{AL} = \mu_{NAL}$ e $H_1 | \mu_{AL} \neq \mu_{NAL}$ fosse superior a 2,060 e as variâncias populacionais fossem desconhecidas, porém iguais, então a hipótese nula poderia ser rejeitada, com 5% de significância, em que μ é média populacional.
- 100 Se as empresas que compuseram o levantamento fossem selecionadas por amostragem conglomerada, então o valor da estatística do teste que verifica as hipóteses $H_0 | \mu_{AL} = \mu_{NAL}$ e $H_1 | \mu_{AL} \neq \mu_{NAL}$ seria o mesmo que aquele obtido caso as referidas empresas fossem selecionadas por amostragem aleatória simples, em que μ é média populacional.

De acordo com as disposições constitucionais e com o entendimento do STF acerca da organização político-administrativa do Estado, do Poder Legislativo e das atribuições do presidente da República, julgue os próximos itens.

- 101 As comissões parlamentares de inquérito possuem permissão para encaminhar suas conclusões, inclusive documentos que possibilitem a instauração de inquérito policial em face de pessoas envolvidas nos fatos apurados, a quaisquer órgãos públicos.
- 102 A Constituição Federal de 1988 (CF) assegura expressamente a autonomia dos entes federativos da República Federativa do Brasil, cuja organização político-administrativa se circunscreve aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
- 103 A vedação constitucional de reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada pelo Congresso Nacional ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo não se estende à hipótese em que o presidente da República, por iniciativa própria, decida revogar a medida anteriormente editada.
- 104 O texto constitucional confere ao presidente da República a prerrogativa de delegar algumas de suas competências privativas ao procurador-geral da República, que, observando os limites traçados na respectiva delegação, poderá conceder indultos e comutar penas.

De acordo com as disposições constitucionais acerca do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens a seguir.

- 105 Se um membro do Ministério Público da União (MPU) cometer infração funcional e contra ele for aberto processo administrativo disciplinar, o CNMP não poderá avocar o processo em curso, sob pena de violar a competência disciplinar e correccional do MPU.
- 106 O corregedor nacional do Ministério Público é escolhido, em votação secreta, entre os membros do Ministério Público que integram o CNMP, sendo vedada a recondução.
- 107 O CNMP compõe-se de quatorze membros nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um desses membros indicado pela Câmara dos Deputados, ficando dispensada, para este, a aprovação pelo Senado.

Julgue os itens que se seguem, relativos à aplicabilidade das normas constitucionais, aos direitos e garantias fundamentais e às competências legislativas dos entes da Federação.

- 108** As normas constitucionais de eficácia plena são assim classificadas porque não é necessário que produzam todos os seus efeitos essenciais de forma direta, imediata e integral, bastando terem a possibilidade de produzi-los.
- 109** A proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, é um direito fundamental previsto expressamente na CF e, para sua concretização, foi conferida à União, aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar concorrentemente sobre a matéria.
- 110** As normas constitucionais de eficácia contida subdividem-se em dois grupos: normas programáticas e normas de legislação.

Acerca das hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação dispostas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, julgue os itens a seguir.

- 111** Diante de uma hipótese prevista na lei em questão para dispensa de licitação, mas havendo possibilidade de competição entre potenciais fornecedores, a administração pública estará obrigada a realizar o procedimento licitatório.
- 112** A contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada e(ou) pela opinião pública, pode ocorrer por inexigibilidade de licitação.
- 113** É possível a combinação entre as hipóteses previstas na lei em apreço para a efetivação da contratação por dispensa de licitação.

Julgue os itens que se seguem, pertinentes aos procedimentos auxiliares das licitações e contratações dispostos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

- 114** No sistema de registro de preços, o edital deverá dispor acerca da possibilidade de prever preços diferenciados para quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes.
- 115** O procedimento de pré-qualificação se destina à seleção prévia de licitantes para participar de futuro processo licitatório ou de bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela administração.
- 116** No procedimento de credenciamento, a administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, o edital de chamamento, de modo a permitir o cadastramento anual de novos interessados.

No tocante aos dados pessoais sensíveis e ao seu tratamento, julgue os itens seguintes com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) — Lei n.º 13.709/2018.

- 117** A LGPD considera o número do CPF da pessoa natural um dado pessoal sensível.
- 118** Na hipótese de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, o tratamento de dados pessoais sensíveis pode ocorrer independentemente de consentimento legal do seu titular.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao processo administrativo.

- 119** O processo administrativo pode ser instaurado de ofício ou a pedido do interessado.
- 120** Diante do indeferimento da alegação de suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados no processo administrativo, cabe recurso com efeito suspensivo.

Espaço livre